



**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
SECRETARIA ESTADUAL DO PARANÁ**

PELO DIREITO A TERRA, TRABALHO, EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR!

De: Setor de Educação do MST/PR

Curitiba, 05 de abril de 2020

Para: Direções das Brigadas, assentamentos e acampamentos, Educadores e Educadoras das escolas de acampamento e assentamento.

Assunto: Uso da pandemia COVID 19 p/ golpear a Educação Pública.

**Por que foi que cegamos
Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão
Queres que te diga o que penso
Diz
Penso que não cegamos
Penso que estamos cegos
Cegos que veem
Cegos que, vendo, não veem
(José Saramago em Ensaio sobre a cegueira)**

Companheiras e companheiros,

Mundialmente vivemos uma situação crítica de crise, aprofundada devido o avanço do denominado coronavírus. Já são quase um milhão de pessoas contaminadas, e muitos ainda serão, além de milhares de indivíduos que, infelizmente, perderão suas vidas em razão da doença do COVID-19 provocada pelo referido vírus.

A situação do Brasil agrava a cada dia, mesmo diante de uma enorme subnotificação, o ritmo de crescimento é superior à média mundial. E pode piorar ainda mais em razão dos discursos e práticas negacionistas e genocidas do presidente e seus seguidores que insistem na flexibilização do isolamento social, mesmo tendo 439 mortes e 10.373 casos confirmados, até a manhã do dia 04 de abril.

A Organização Mundial da Saúde e a Sociedade Brasileira de Infectologia atribuem o distanciamento social como a medida mais eficaz para evitar a ampliação da tragédia social. Com isso, pela gravidade da situação a imposição do fechamento de comércio, igrejas, escolas, universidades e cancelamento de atividades em distintas áreas, foram socialmente necessárias para diminuir a transmissão do coronavírus.

Nesse cenário, temos observado no âmbito da educação pública uma insensibilidade dos governos com os prejuízos da pandemia, combinada ao oportunismo e interesses das corporações privadas de ensino, que gananciosas em obterem lucros recolocam em pauta a “mágica solução” da Educação a Distância. Importante lembrar, que desde 2016, a educação básica tem sido assediada e pressionada por empresas privadas para implementação da Educação a Distância (EaD) no ensino fundamental e médio no país. São diversos os grupos empresariais que querem transformar a educação em mercadoria e eliminar seu caráter público.

Não temos dúvidas que se trata de um golpe, armadilha e uso da pandemia para ensaiarem/experimentarem em larga escala as plataformas digitais, instrumentos e práticas não presenciais para pós pandemia implementarem este modo operante na educação básica. Não somos contrários a introdução de uso tecnológico no processo de ensino e aprendizagem, mas estes jamais podem alimentar a desigualdade educacional, exclusão escolar ou sequer substituir as aulas presenciais, nem mesmo em tempo de pandemia e desconsiderar o princípio da universalidade da educação básica.

Os crimes com a Educação do Campo, tornam-se ainda maior em termos de desigualdade do acesso, ao considerar que muitos locais nem o sinal de telefone possuem, mesmo que, no Paraná buscarão mecanismos por meio de televisão e material impresso. Assim como, acentua o crime com a precarização do ensino, de forma descontextualizado e com a minimização do trabalho educativo a mera transferência de conteúdo.

O discurso do governo, empresas, professores e gestores adeptos dessa lógica, que buscam assegurar o direito a educação por meio da Educação à Distância é pura fraseologia/mentira, pois no fundo essa alternativa nega o direito aos estudantes do acesso a educação pública de qualidade socialmente referenciada, portanto, devemos desconfiar.

Necessário refletirmos, em analogia ao uso do termo “cegueira” por José Saramago, que parte da sociedade e inclusive da categoria dos “profissionais da educação” encontram-se contaminados pela “epidemia da cegueira social” e “**vendo, não veem**” os riscos que corre a Educação Pública com os interesses empresarias, ou pior, a indiferença, a imparcialidade, o medo, a covardia e outros sentimentos que cegam o ser humano e o levam à perdição e a falta de sensibilidade com a mortalidade em andamento. Mais do que nunca a prioridade é a defesa da vida de toda sociedade.

Em síntese, pelos menos por **5 motivos** não podemos alimentar essa armadilha:

- 1) precarização do ensino, os mais prejudicados novamente são os filhos e filhas da classe trabalhadora do campo e da cidade;
- 2) ampliará a exclusão escolar tanto pelo não acesso de todos os estudantes, quanto por ser uma solução paliativa/ilusória. Pelos seguintes fatores: **nem todos os estudantes possuem:** **a)** computador, celular, televisão ou tablet; **b)** acesso à Internet; **c)** responsáveis que podem acompanhá-los; **d)** ambientes/casas que permitam a concentração para o estudo; **e)** principalmente, autonomia de estudo.
- 3) essas medidas provocarão demissões de professores, pós (ou durante) pandemia e sucateará a oferta da educação pública;
- 4) eticamente inviável e desumano, por desconsiderar as consequências que a pandemia ainda trará a vida da população, gerando condições psicológicas que impede o aprendizado;
- 5) oportunismo do Governo Estadual para atender interesses das corporações privadas ávidas para obterem lucro.

O que devemos fazer enquanto comunidade?

É importante que em cada local, as/os dirigentes, direção escolar, coordenação pedagógica e nossas educadoras e educadores das comunidades, constituam condições para debater com o conselho escolar e as lideranças locais os seguintes aspectos:

1) Está chegando como uma imposição da SEED, não se trata de adesão. Mas necessitamos, em caso de não conseguir barrar, converter em algo consciente para toda comunidade sobre as consequências e prejuízos.

2) Conscientes de que devemos barrar. Denunciar ao Ministério Público a precarização do ensino com o imprevisto da Educação a Distância, alegando a ausência de mediação de profissionais que resulta no empobrecimento da relação de aprendizado, pelo uso da família como responsáveis pela aplicação, pela ausência de condições de acesso aos recursos tecnológicos, entre outros. Em caso de dificuldade recorrer ao Núcleo Sindical da APP em seu território.

3) Nem a EaD é solução e nem a reposição, o **caminho é suspensão do calendário escolar** e recompor o calendário escolar pós pandemia, e como alternativa unificar 2020 e 2021, conforme sugere a APP. Ver documento da APP anexo.

4) Com os estudantes que for possível, é essencial que as educadoras e educadores mantenham uma certa comunicação para estimular atividades, leituras, reflexões, desde que respeitado o isolamento social e não caracterizando como aula dada, mas mantendo certo vínculo.

5) Ver a possibilidade de disponibilizar aos pais, mães e responsáveis livros da biblioteca a cada 15 dias, no dia da entrega dos kits de alimentação, com os devidos cuidados de higienização.

6) Para os estudantes que possuem acesso a internet motivar a utilização dos materiais enviados pelo MST, dicas de filmes, de livros, de brincadeiras, de histórias e de atividades.

7) Respeitando as forças físicas das crianças e jovens, ter momentos para ampliar participação na produção de alimentos, com trabalho na horta, na agrofloresta, no trato dos animais entre outras atividades produtivas nas unidades familiares.

Boa organização, resistência e defesa da vida!

Setor de Educação do MST - PR

**POR ESCOLA PÚBLICA UNIVERSAL!
PELO DIREITO A TERRA, TRABALHO, EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR.**